

## **Parecer da ARIPESE sobre as provas de ingresso na Licenciatura em Educação Básica**

No preâmbulo da Portaria n.º 91/2014 de 23 de abril é assumido que, para se ser educador de infância, professor do 1.º ciclo do ensino básico ou professor do 2.º ciclo do ensino básico nas áreas de Matemática, Ciências Naturais, Português, História e Geografia, é necessária “uma sólida formação na respetiva área da docência que tem de ser necessariamente antecedida de uma formação adequada, ao nível do ensino secundário” e para tal é exigido que os estudantes realizem provas de ingresso nas áreas de Português e de Matemática para assegurar a sua preparação (Artº. 1º)

Esta exigência nunca foi solicitada pelas instituições de formação de professores e educadores, não decorre de nenhuma investigação e nunca foi provado, por qualquer estudo, que tal procedimento conduz a melhores profissionais. Não se compreende por isso esta exigência — a realização de provas de ingresso de Português e, simultaneamente, de Matemática — tomada unilateralmente pelo Ministério da Educação e Ensino Superior de então, com a justificação de que asseguram a preparação para o ingresso na Licenciatura em Educação Básica. Por muito que sejam áreas cruciais na formação dos estudantes, futuros educadores e professores, outras há que estão ausentes desta exigência e cujo

contributo positivo é sobejamente conhecido no desenvolvimento de competências profissionais mais amplas, como é o caso das Ciências Sociais, das Ciências da Natureza, das Expressões e da Educação Física. Além disso, o objetivo da Licenciatura em Educação Básica é proporcionar a formação científica em todas as áreas da docência sendo um terço dos créditos de formação atribuídos obrigatoriamente à formação em Português e Matemática.

Convém também referir que, apesar de a portaria ser de 2014, os estudantes que ingressaram no ensino secundário nos últimos 3 anos não foram devidamente informados, porque nem a DGES divulgou devidamente a informação, nem as escolas secundárias e profissionais foram informadas.

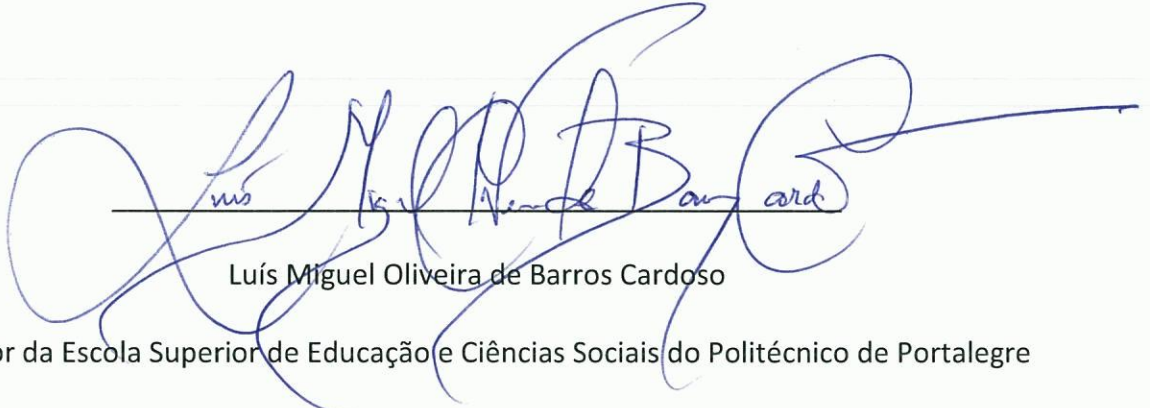
Consideramos que esta situação cria desigualdades nas opções dos estudantes que se veem agora confrontados com a impossibilidade de concorrerem à Licenciatura em Educação Básica por não cumprirem os requisitos necessários.

De referir ainda que a aplicação desta medida terá graves consequências no acesso ao Ensino Superior e as IES, nomeadamente as ESE, serão fortemente penalizadas na medida em que esta determinação apenas se aplica aos domínios 1 a 5 (Educação pré-escolar, 1ºCEB e 2º CEB Mat/CN e LP/HG) - artigo 18º ponto 2 do Decreto-Lei 79/2014.

A ARIPESE considera urgente que esta exigência para o ingresso na Licenciatura em Educação Básica seja de imediato revogada, com efeitos para a próxima época de candidatura ao ensino superior, sendo retomadas as condições de ingresso anteriormente definidas por cada instituição de ensino superior.

A ARIPESE encontra-se totalmente disponível para apresentar esta questão à tutela, nomeadamente em reunião a agendar, na data considerada mais oportuna.

Portalegre, 23 de março de 2017



Luís Miguel Oliveira de Barros Cardoso

Diretor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Portalegre

Presidente da ARIPESE